

“As cooperativas contribuem para a redução das desigualdades e a coesão social”

Entrevista Sector tem, em Portugal, 62,5% das cooperativas a operar há mais de 20 anos. Para Eduardo Graça, presidente da CASES - Cooperativa António Sérgio, têm um papel fundamental na economia social e continuam a demonstrar resiliência, inovação e dinamismo

António Figueiredo

Como está o sector cooperativo em Portugal?

Os dados estatísticos da Conta Satélite da Economia Social dão-nos nota de uma tendência de redução do número de cooperativas em Portugal - entre 2010 e 2020. O decréscimo foi de 4,7%, rondando, em 2020, as 2.150 unidades. No entanto, verifica-se que esse decréscimo é inferior ao verificado na economia nacional. Um aspeto que atesta a resiliência e longevidade do sector é em 2018, 62,5% das cooperativas portuguesas tinham 20 anos ou mais.

Quais são os sectores, em Portugal, onde há uma maior presença de cooperativas?

Segundo os registos conhecidos, o ramo mais numeroso é o agrícola, que representa quase um terço do total de cooperativas (31,4%). Seguem-se os ramos de serviços (15,4%), de solidariedade social (13,9%) e de cultura (12,4%). É ainda importante referir que entre 2018 e 2023 foram criadas em média, 53 cooperativas por ano, sendo que, em 2023, cerca de um terço das cooperativas recém-criadas pertencem ao ramo da cultura, seguido do ramo de habitação e construção (20,4%), o que revela o dinamismo destes sectores. Outro dado interessante é que, em 2023, cerca de 35% das cooperativas recém-criadas são multisectoriais, aproximadamente o dobro do identificado em 2022. Isto revela uma tendência, que tem vindo a crescer desde 2014, de constituição de cooperativas que atuam em vários ramos, não raramente mais de quatro, e que frequentemente se autodenominam cooperativas integrais. Em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB), destacam-se

as atividades financeiras e de seguros que, correspondendo a cerca de 4% do total de cooperativas - as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo - foram responsáveis por aproximadamente 35% do VAB, no biénio 2019-2020. Destacam-se igualmente as cooperativas de ensino, que representam 20,6% do total de emprego remunerado das cooperativas em 2020.

Quais são os principais objetivos estratégicos da CASES para o fortalecimento do sector cooperativo?

A CASES tem por missão o fortalecimento do sector da Economia Social como um todo, bem como a prossecução de políticas na área do voluntariado, sendo que as suas opções estratégicas têm este enquadramento de base. O sector da Economia Social é composto por um conjunto diversificado de famílias e organizações de que fazem parte, segundo a Lei de Bases da Economia Social, de 2013, as cooperativas, as associações, as fundações, as misericórdias, as mutualidades e as IPSS. É importante referir que a CASES sucedeu ao INSCOOP - Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, IP, em todos os seus direitos, obrigações e poderes públicos de autoridade, bem como no exercício das suas competências e na prossecução das suas atribuições de interesse público relativamente ao sector cooperativo em Portugal, pelo que mantém com as cooperativas uma relação estreita. Para além disso, a CASES presta apoio e aconselhamento legal às cooperativas e desenvolveu, em 2022, o PAC - Programa de Apoio às Cooperativas. O programa visa promover a criação de novas cooperativas e a adequação jurídica da atividade das já existen-

tes, bem como a modernização dos processos e instrumentos de inovação digital. Na próxima edição do programa, a apresentar em 19 de março, integrado no Ano Internacional das Cooperativas, acrescerá uma nova categoria destinada a incentivar a promoção pública do modelo cooperativo.

As políticas públicas em Portugal têm sido suficientes para apoiar o sector cooperativo? Que melhorias seriam necessárias?

O atual programa de governo, aliás como programas anteriores, não esquecem o sector cooperativo e social, consagrado constitucionalmente. Apesar disso, é de salientar lacunas de conhecimento relativamente a este sector e às suas especificidades, cuja lógica de funcionamento e de gestão são muitas vezes incompreendidas, acabando por ser preterido, considerado não elegível ou não contemplado a nível de financiamento e de investimento privado, de programas de apoio e de política fiscal. Assim, a visibilidade e o reconhecimento do sector, bem como a capacitação para as suas características e especificidades são, sem dúvida, uma prioridade.

Que papel pode ter o sector cooperativo no combate à desigualdade social e no desenvolvimento das economias locais?

A Resolução da ONU sobre as cooperativas no desenvolvimento social reconhece que estas “promovem a máxima participação possível no desenvolvimento económico e social das comunidades locais e de todas as pessoas, incluindo as mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência e os povos indígenas, cuja inclusão reforça o desenvolvimento económico e social, e contribui para a erradicação da pobreza e da fome”. Os dados estatísticos do Portal de Credenciação e do Inquérito ao Sector da Economia Social (2018) mostram-nos que, efetivamente, em Portugal, as cooperativas



As cooperativas estão presentes em todo o território nacional, destacando-se em particular a sua presença nos territórios mais desfavorecidos, contribuindo para o desenvolvimento local e a coesão territorial: 34% das cooperativas estão sediadas em territórios do interior”

O cooperativismo é um motor de desenvolvimento local, especialmente nos territórios mais desfavorecidos”

A visibilidade e o reconhecimento do sector são sem dúvida uma prioridade”

contribuem para a redução das desigualdades e a coesão social. As cooperativas estão presentes em todo o território nacional, destacando-se em particular a sua presença nos territórios mais desfavorecidos, contribuindo para o desenvolvimento local e a coesão territorial: 34% das cooperativas estão sediadas em territórios do interior. Note-se assim o papel relevante que as cooperativas têm no desenvolvimento local. Este papel deve ser estimulado pelas autarquias, que têm nestas entidades parceiros privilegiados para o desenvolvimento de políticas públicas, incluindo no sector de habitação. No que concerne à participação feminina, é de salientar que a maioria dos trabalhadores do sector cooperativo são mulheres, sendo que 49,6% dos cargos de direção intermédia são ocupados também por mulheres. Apesar de ainda ter um grande potencial de crescimento, é superior à da economia nacional.

Os jovens estão despertados para a existência do sector cooperativo?

As gerações mais jovens dão cada vez mais importância à prossecução de carreiras com impactos sociais e ambientais positivos e nas quais possam atingir objetivos como o combate à pobreza e à desigualdade, a luta contra as alterações climáticas ou a redução do desemprego, sendo que quase metade dos jovens em todo o mundo consideram o sentido de propósito ou o impacto na sociedade como um dos critérios mais importan-

PERFIL

Eduardo Graça é licenciado em Organização e Gestão de Empresas. Atualmente, preside à CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, e ao CNES - Conselho Nacional da Economia Social, tendo desempenhado cargos de destaque na administração pública e na economia social. Com vasta experiência na gestão cooperativa, foi também presidente do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) e do Inatel, entre outras funções institucionais.

Desafios e oportunidades da habitação cooperativa num mercado especulativo

Como avalia o papel das cooperativas de habitação no contexto da atual crise habitacional em Portugal?

A atual crise habitacional é um problema que tem afetado não apenas Portugal, mas uma grande quantidade de países na Europa e no mundo. O mercado da habitação tem sido dominado por interesses financeiros, através da promoção de aquisição de casa própria com recurso ao crédito e, muitas vezes, o negócio do arrendamento como forma de obtenção de lucros. Ora o modelo cooperativo é precisamente um modelo contrário a esta lógica, baseado não no lucro, mas na resposta aos problemas dos seus membros, e que tem subjacente a ideia de comunidade e solidariedade. Os últimos dois anos demonstram o início da consolidação de uma tendência positiva de constituição de cooperativas deste ramo, que consideramos estar relacionada com a procura de soluções alternativas de habitação neste contexto desafiador, coincidindo, ainda, com um aumento da atividade económica das cooperativas de habitação e construção nesses anos.

As políticas públicas em Portugal têm sido suficientes para apoiar as cooperativas de habitação? Que lacunas identifica?

As cooperativas de habitação e construção tiveram um papel muito relevante no pós-25 de Abril, dando resposta à crise de habitação também aí sentida. Este modelo prosperou, porque apoiado por políticas públicas, até aos anos 1990. Desde então perdeu tração e não foi suficientemente sustentado. No entanto, a atual crise habitacional fez ressurgir o interesse pelo modelo cooperativo em Portugal e que, aliás, tem atualmente uma expressão significativa em vários países, como a Alemanha e a Suíça.

Que medidas fiscais ou financeiras poderiam ser adotadas para estimular o crescimento do sector cooperativo de habitação? É imprescindível que o Estado,

tes quando se consideram as oportunidades de emprego. Ora as cooperativas são, sem qualquer margem para dúvida, entidades que, pelos seus princípios, valores e forma de atuação, dão resposta a estas questões. E a percentagem total de trabalhadores jovens nas cooperativas portuguesas tem vindo a aumentar nos últimos anos, tendo atingido os 21,8% em 2022. No entanto este valor está ainda longe de ser ideal. É inegável o envelhecimento dos trabalhadores e sobretudo dos dirigentes do sector cooperativo. É fundamental uma maior aproximação às novas gerações que, sem dúvida, deverá passar pela comunicação e promoção dos princípios e valores do cooperativismo, revitalizando conceitos como democracia, solidariedade, equidade, transparência e preocupação pela comunidade e pelo ambiente. O modelo cooperativo tem esta vantagem competitiva, que atrai talento e inovação - é preciso, isso sim, saber comunicá-la. O Ano Internacional das Cooperativas 2025 é uma oportunidade para dar destaque a este potencial modernizador. A este respeito, importa referir duas atividades do programa do Ano Internacional: o concurso de ideias para público jovem, que visa fomentar a criação de instrumentos educativos de divulgação do movimento cooperativo direcionados a um público-alvo infanto-juvenil; e uma medida integrada no Programa de Apoio às Cooperativas, que visa apoiar a divulgação e promoção do modelo cooperativo.



A aproximação às novas gerações é crucial para garantir o futuro do sector cooperativo

através da administração central ou local, adote mais medidas que incentivem a construção e reabilitação de fogos habitacionais que não integrem o mercado especulativo, assegurando que estes sirvam efetivamente para responder às necessidades habitacionais da população. As cooperativas de habitação e construção dispõem de um regime específico mas há situações fiscais que carecem de maior razoabilidade. Um exemplo disso é a transmissão da propriedade da habitação da esfera jurídica da cooperativa para a esfera jurídica do cooperador. Embora a lei caracterize esta transmissão como um negócio jurídico de compra e venda, na prática tal não corresponde à realidade. Esta transferência tinha mais cabimento doutrinário, efetuada através de um contrato de atribuição de habitação cooperativa, constituindo um ato jurídico translativo interno e não uma operação de mercado. Por conseguinte, não deveria ser tributada como uma compra e venda comum, dado que o cooperador, enquanto membro efetivo da cooperativa, já é, na essência, coproprietário do seu património e responsável pela atividade desta. No plano financeiro, destaca-se a necessidade premente de facilitar o acesso ao crédito por intermédio das instituições bancárias. Uma solução viável seria a criação de uma linha de crédito específica para a construção de habitação cooperativa, com taxas de juro bonificadas, promovendo, deste modo, este tipo de iniciativa.



João Delgado
Mútua dos Pescadores

Opinião As Cooperativas e a Pesca: da revolução à atualidade - uma visão no centro do país

Neste ano de 2025 importa fazer uma breve referência ao movimento cooperativo na pesca, pelo seu significado e pela importância estratégica deste sector no país. Como parece evidente, a revolução de Abril trouxe ânsias de coletividade, tendo em conta o isolamento da sociedade portuguesa, imposto pelo fascismo, durante 48 anos.

Em abril de 1974, no que concerne ao desenvolvimento do movimento cooperativo na pesca, as realidades das duas comunidades piscatórias mais significativas do distrito de Leiria foram profundamente desiguais. Se Peniche já tinha um dos portos de mais importantes do país, a Nazaré ansiava pelo seu porto há mais de sete décadas.

Ao contrário da Nazaré, os avanços registados em Peniche, ao nível da estruturação das organizações de classe e a criação de alternativas quanto à propriedade dos meios de produção no sector da pesca atingiram grande expressão.

Logo após a Revolução foram constituídas diversas cooperativas para a pesca do anzol e para o cerco. Segundo relatos locais, regista-se que a primeira cooperativa de pesca a aparecer em Peniche foi a “Mar Vermelho”, uma embarcação para a pesca longínqua, direcionada para a pesca do anzol, operando no norte de África.

Já para a pesca do cerco - comumente designadas por traineiras da sardinha -, foram criadas várias cooperativas qua-

se em simultâneo: a “Rumo à Pesca”, “Rumo à Vitória”, “Rumo ao Futuro”, “Igualdade”, “Homens do Mar”, “Fruto da Liberdade”, entre outras. Como seria de esperar, esta alavancagem do sector teve reflexos vários naquela comunidade, não só no crescimento económico, mas também no plano do progresso social e na estruturação das organizações representativas do trabalho.

Com contradições difíceis de contornar, com a lógica capitalista a recuperar posições que havia perdido no contexto revolucionário, toda a década de oitenta foi estrategicamente preparada para a adesão do país à CEE. Assistiu-se à intensificação do enfraquecimento da intervenção dos Estados na vida económica dos países, diminuindo também as lógicas cooperativistas no sentido de gerar equilíbrios, não só nas relações económicas, como também na resolução dos problemas de ordem sociocultural (acrescentar-se-ia hoje o pilar ambiental) das comunidades e dos povos.

Durante a segunda metade da década de 90, assistiu-se ao definhar do que foi restando do sonho cooperativo na pesca em Peniche. Na Nazaré, o sonho não chegou a ter expressão material.

Hoje as cooperativas ligadas ao sector da pesca incidem na perseguição dos mais variados interesses dos armadores, na perspetiva da criação de condições vantajosas na aquisição de bens e serviços essenciais à atividade, intervenção no mercado, estabelecimento de contratos de abastecimento de pescado, gestão coletiva de possibilidades de pesca, resolução de processos burocráticos, etc. Não se conhecem, no plano nacional, cooperativas constituídas enquanto unidades de produção de propriedade coletiva.

Estes são alguns dos exemplos que se registam, olhando para a história e como esta se encarregou de esfumar as experiências cooperativas em termos de propriedade dos meios de produção na pesca. No entanto, a pequena iniciativa privada no sector não está a viver dias fáceis, o que poderá indicar caminhos que nos possam levar de volta à experiência cooperativa em termos de unidades de produção de pesca, num país com uma balança alimentar profundamente deficitária e a necessitar urgentemente de relançar, requalificar e valorizar a produção no sector da pesca.